

Frente Parlamentar em defesa dos usuários de rodovias pedagiadas

O deputado Pepe Vargas preside a Frente Parlamentar em defesa dos usuários de rodovias pedagiadas. A Frente foi criada em 2021 e desde então Pepe Vargas tem atuado contra o modelo injusto de pedágios do governo Leite.

Confira as iniciativas do deputado Pepe:

Audiências Públicas nas Comissões de Segurança e Serviços Públicos e de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa para debater os três Blocos do Programa de Concessão de Rodovias;

Audiência com o Ministério Público do RS para denunciar o modelo de pedágio;

Participação em atos promovidos pela população;

Visitas às cidades atingidas pelo modelo de pedágio;

Apoio ao projeto de lei apresentado pela Bancada do PT/PCdoB.

“

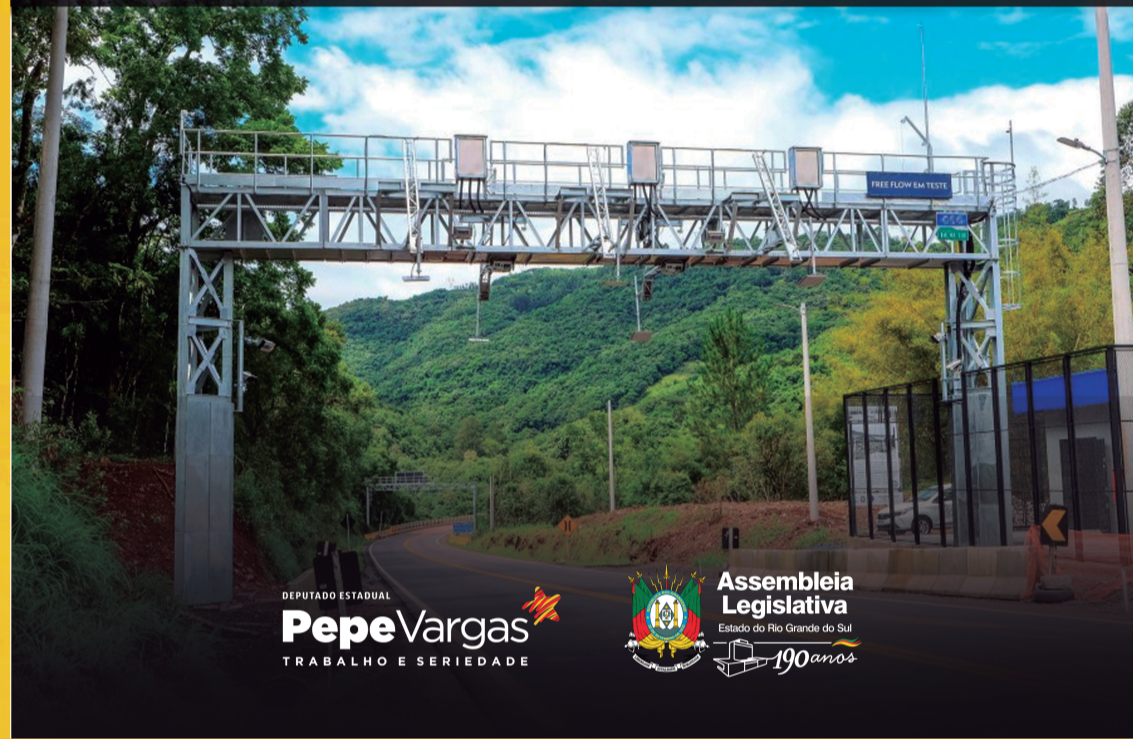
O modelo tem problemas graves. É preciso retirar a outorga e a possibilidade de pedágios em áreas urbanas. **Não é possível um cidadão pagar para ir até o centro da cidade onde ele mora.** O modelo leva a uma tarifa extremamente cara, o que não é razoável

”

Pepe Vargas



A VERDADE SOBRE OS PEDÁGIOS CAROS CRIADOS POR EDUARDO LEITE



PEDÁGIOS DE LEITE AFETARÃO A ECONOMIA DE 32 MUNICÍPIOS

O governo Eduardo Leite prepara o **leilão do Bloco 2 para concessão de rodovias estaduais para a iniciativa privada**. A decisão do governador atinge 32 municípios de pelo menos quatro regiões do estado, com previsão de implantação de 24 pórticos de pedágios no modelo Free Flow, quase um pórtico por cidade. **Cercados por pedágios, estes municípios terão sua economia profundamente atingida.**

CHEQUE EM BRANCO

A implantação do atual modelo de pedágios, fatiando o RS em três blocos, só foi possível porque a maioria dos deputados estaduais aprovaram um cheque em branco para o governador Eduardo Leite decidir sobre a concessão de rodovias para a iniciativa privada. Na ocasião, apenas os deputados e deputadas do PT e PSOL votaram contra.

PROJETO DE LEI

A bancada do PT/PCdoB apresentou projeto, na Assembleia Legislativa, para alterar a Lei nº 14.875, de 09 de junho de 2016, que concedeu o cheque em branco para o governador implantar pedágios no RS. A proposta obriga o governo do Estado a encaminhar projeto de lei específico, antes de cada leilão, para aprovação do Legislativo, onde devem constar um conjunto de informações.

-> Trecho concedido com volume de tráfego médio diário, estudos de viabilidade de engenharia, ambiental, econômico-financeiro e jurídico para a concessão;

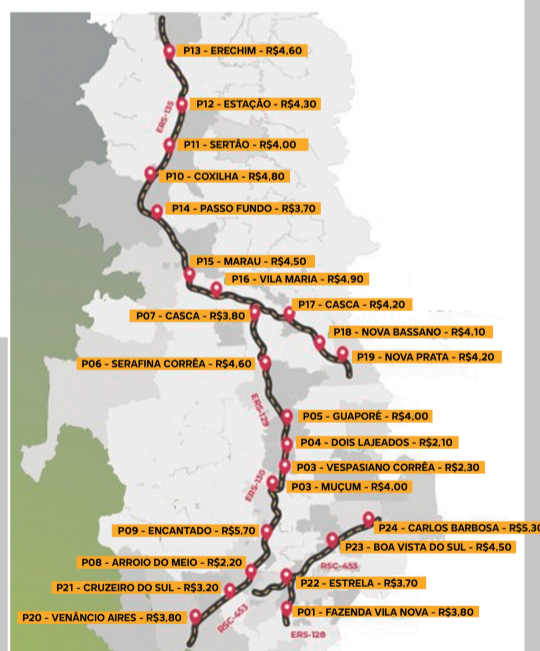
-> O Programa de Exploração Rodoviária

-> A modelagem econômico-financeira

-> O valor da tarifa básica máxima para a Categoria 1, correspondente a automóveis, caminhonetes e furgões com 2 eixos e rodagem simples

-> Minuta do Edital e do contrato de Concessão.

CIDADES ATINGIDAS PELO FREE FLOW



*A tradução direta significa "Fluxo Livre". Mas o nome é usado para identificar sistemas de cobrança automática de pedágio, sem praças.

TARIFAS EQUIVALEM AO DOBRO DAS RODOVIAS FEDERAIS

Mesmo com o Estado aportando R\$ 1,3 bilhões de recursos públicos, ainda **teremos tarifas extremamente elevadas**, praticamente o dobro das concessões das rodovias federais.

O custo na Concessão das BR 101/290/448/386 é de R\$ 0,13 o quilômetro, enquanto o custo do Bloco 2 está em R\$ 0,27 o quilômetro.

ALERTA FOI DADO NA LICITAÇÃO DO BLOCO 3

Os impactos negativos do modelo de pedágios do governo Leite já tinham sido denunciados pela Bancada do PT/PCdoB por ocasião da concessão do Bloco 3, para rodovias da Serra e do Vale do Caí.

“Nós alertamos que o pedágio seria muito caro. Infelizmente, não nos ouviram. Estes pedágios vão nos onerar por 30 anos, com valores abusivos. Para percorrer em torno de 130 Km, **um caminhão com reboque vai pagar R\$ 291,00, e um carro de passeio pagará R\$48,00.**”

Acesse [@sigapepevargas](#) nas redes sociais

